

A Comissão Nacional da Pastoral Operária se afirma como um ecumênico no mundo do trabalho a partir da década de 1970

Luiz Fernando Mangea da Silva

Doutorando em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
sob a orientação do Prof. Dr. Alexandre Fortes, e
Professor da Secretaria de Educação de Estado do Rio de Janeiro

No início da década de 1970, as autoridades eclesiásticas passaram não só se preocupar com as atrocidades do regime militar, mas também com o desenvolvimento econômico do país. Em fevereiro desse ano, um grupo de bispos e leigos se reuniu em Salvador para traçar um mapeamento das experiências da Pastoral Operária em todo o território nacional. Religiosos e leigos pretendiam fazer um inventário sobre onde e quantas pastorais existiam no país? Quem nelas atuava? Onde elas estavam inseridas? O que realizavam? Como resistiam à repressão dos militares?

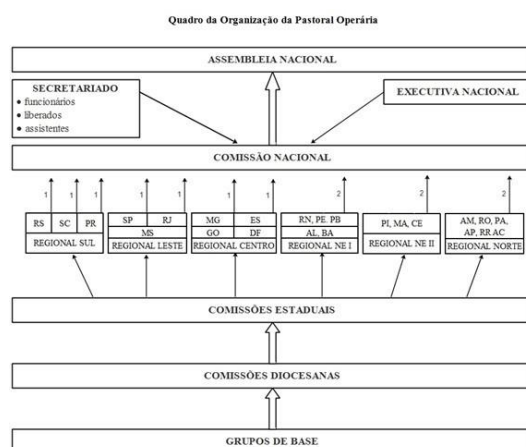
Aos poucos a Pastoral Operária foi estabelecendo como movimento católico em vários Estados brasileiros como Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Pará, Bahia e Maranhão. As experiências pastorais seguiam a identidade de cada região do país, respeitando a cultura e a experiência local de cada Estado.

Em 1975, ocorreu na região sul do país o I Encontro Regional da Pastoral Operária. Esse encontro foi realizado no Rio Grande do Sul e teve a participação de integrantes de pastorais de outros Estados como o de Santa Catarina e do Estado do Paraná. Outros encontros semelhantes ocorreram no Estado do Rio de Janeiro. Em 1976, ocorreu em Nova Iguaçu/RJ, com a participação de representantes de sete Estados, além de representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

A Comissão Pastoral da Terra e a Pastoral Operária trabalhavam em conjunto como forma de ajudar a organizar e a defender os direitos dos trabalhadores rurais. Esses trabalhadores do campo também eram vítimas da política agrária da ditadura militar. O governo deixava posseiros e pequenos agricultores à mercê dos interesses dos grandes proprietários de terras. Assim como nos grandes centros urbanos a polícia e o judiciário se colocavam a serviço do Estado ou do grande capital, no campo se colocavam ao lado dos fazendeiros que desejavam expulsar os posseiros e adquirir mão de obra barata.

Ainda ano de 1976, realiza-se no Seminário da Arquidiocese de São Paulo, no bairro do Ipiranga, o I Encontro Nacional da Pastoral Operária. Nesse encontro, os passos traçados nos encontros regionais foram analisados, chegando à conclusão de que a Igreja por meio das ações deveria criar um instrumento que fosse capaz de informar com precisão a situação política e social dos trabalhadores e com sua força missionária atuar junto a esses operários. No ano seguinte, em novembro de 1977, ocorreu o II Encontro Nacional da Pastoral Operária, com a participação de diversos agentes pastorais e militantes da classe operária de várias regiões do país.

Em dezembro de 1978, realizou-se mais um seminário de âmbito nacional sobre a Pastoral Operária. Esse encontro foi realizado em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, uma região que concentrava graves problemas sociais para a classe trabalhadora. A partir dessa reunião, a Pastoral Operária passou a se articular nacionalmente por intermédio de uma comissão provisória, denominada Comissão de Pastoral Operária (CPO). Era a implantação de uma experiência de caráter provisório, no qual um grupo de bispos, de padres e de operários tinha o desafio de ampliar a experiência religiosa e social da Pastoral Operária em todo o território nacional, conforme podemos observar no fluxograma abaixo:



Fonte: Relatório final da Assembleia Nacional da Pastoral Operária de 1984.p. 18. Adaptado pelo autor.

A CPO tinha como objetivo se reunir a cada três meses para fazer um balanço das atividades das pastorais operárias espalhadas em diversas regiões do país. A comissão deveria, também, estabelecer critérios para assegurar a unidade entre as pastorais:

- Respeitando as diversidades culturais locais do território nacional;

- Criar um boletim que pudesse por meio dele acompanhar as atividades desenvolvidas pelas pastorais;
- Intervir rapidamente quando não houver, por parte da classe operária, a observância das orientações da hierarquia clerical;
- Visitar com frequência dioceses, bispos, agentes pastorais, sindicatos;
- Buscar desenvolver um trabalho alinhado com Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

É importante salientar que, mesmo após se colocar contrária a ditadura militar e em defesa dos movimentos populares, a Igreja continuou vigilante no tocante ao envolvimento de católicos com o comunismo, Lima cita uma declaração da CNBB que dizia o seguinte:

Reconhecemos e lamentamos que, até mesmo em movimentos de orientação católica, tenha havido facilidade e abusos por parte de um ou outro elemento que burlou nossa vigilância, ou de outros que foram vítimas de seu próprio idealismo, da falta de malícia ou de inadequada apreciação dos fatos. (LIMA, 1979. p. 148)

Os encontros diocesanos, regionais e nacionais foram fundamentais não só para formação e para organização da Pastoral Operária, como também, para o fortalecimento dos vínculos desta com a hierarquia clerical e com a classe operária. Conforme demonstrado na tabela abaixo:

COMISSÃO DE PASTORAL OPERÁRIA EM DEZEMBRO DE 1978 (CPO)		
Componentes	Ocupação	Cidade de origem
Dom José Maria Pires	Arcebispo	João Pessoa – PB
Dom Waldyr Calheiros	Bispo	Volta Redonda – RJ
Dom Cláudio Hummes	Bispo	Santo André – SP
Pe. Agostinho Pretto	Padre	Rio de Janeiro – RJ
Pe. Humberto Hummen	Padre	Recife – PE
Pe. Raimundo José Soares	Padre	Brasília -DF
Geraldo Francisco Barbosa	Professor	Sete Lagoas – MG
Maria Angelina de Oliveira	Desenhista	Rio de Janeiro – RJ

Gerson Florêncio Diniz	Construção Civil	Vitória – ES
Waldemar Rossi	Metalúrgico	São Paulo – SP
Anísio Batista de Oliveira	Metalúrgico	São Paulo – SP
Maria Carvalho Menezes (Sila)	Costureira	Rio de Janeiro – RJ

Fonte: A História da Pastoral Operária de 1978 a 1980. In: **Pastoral Operária 10 anos:** a serviço da classe operária 1976-1986. CPO Nacional, 1987.p. 18. Adaptado pelo autor.

Em 1979, houve uma ampliação do grupo de trabalho da CPO. Foi acrescentado à equipe o Pe. Adelar de David, Ir. Olívia Barreto e mais quatro assessores. São eles: Cláudio Nascimento, Frei Betto, Eliseu Lopes e Piragibe Castro Alves. Esse acréscimo de integrantes deu a CPO um reforço nos trabalhos desenvolvidos pela Pastoral Operária nos Estados brasileiros.

A mudança se deu tanto com a inclusão de novos integrantes que seriam os responsáveis pelas coletas de informações nos Estado quanto à integração de pessoas que ficaram encarregados por trabalhar temas teológicos com a classe operária. Esses temas eram problematizados a partir da realidade social e política vivenciada no país e com as condições de trabalhos nas fábricas. Na tabela abaixo podemos observar as principais lideranças, onde atuavam e suas ocupações nos quadros da CPO:

AS PRINCIPAIS MUDANÇAS NA COMISSÃO DE PASTORAL OPERÁRIA DURANTE OS ANOS DE 1979 A 1980

Componentes	Ocupação	Cidade de origem
Pe. Virgílio Uchoa	Padre	Sem localização de origem
Pe. Adelar de David	Padre	Sem localização de origem
Pe. George Winnick	Padre	São Paulo – SP
Frei Betto	Frade dominicano	Rio Grande do Sul – RS
Ir. Olívia Barreto	Assessora	Sem localização de origem
Cláudio Nascimento	Assessor	Sem localização de origem
Eliseu Lopes	Assessor	Sem localização de origem
Piragibe Castro Alves	Assessor	Sem localização de origem
Eurides Mescolotto	Químico	Santa Catarina – SC

Joaquim Almeida	Construção Civil	Ceará – CE
Luiz Alves	Metalúrgico	Bahia – BA
Aristides Pereira de Andrade	Construção Civil	Rio de Janeiro – RJ
Geraldo Mendonça	Petroquímico	Paraná – PR

Fonte: A História da Pastoral Operária de 1978 a 180. In: **Pastoral Operária 10 anos:** a serviço da classe operária 1976-1986. CPO Nacional, 1987. p. 18. Adaptado pelo autor.

A partir da década de 1970, há uma mudança significativa de posicionamento daquele setor da Igreja que havia apoiado abertamente o golpe militar. As duas mudanças no interior da hierarquia católica contribuíram para essa transformação. A primeira mudança se deu com a nomeação de Dom Paulo Evaristo Arns para substituir Dom Agnelo Rossi na arquidiocese mais importante do país, a Arquidiocese de São Paulo. E segunda, se deu com a eleição de Dom Aloísio Lorscheider para a presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), ambos os bispos faziam parte do clero que contribuíam com seu episcopado para fortalecer os movimentos populares.

Diante dessas transformações internas da hierarquia clerical, a Igreja passou a ser uma alternativa para movimentos católicos e não católicos se posicionarem em defesa da democracia, da justiça social, dos direitos humanos. Essa modificação interna da Igreja durante a década de 1970, no Brasil, possibilitou o florescimento de diversas reflexões teológicas voltadas para o engajamento dos cristãos com a política como uma forma de transformação da realidade social.

Teólogos como Leonardo Boff, Clodovis Boff, Carlos Mesters, Hugo Assmann e frei Betto engrossaram a fileira de teólogos que passaram a vincular a realidade social vivida pelo Brasil dentro de um contexto mais amplo, ou seja, incorporando na análise teológica a realidade do próprio modelo de desenvolvimento econômico posto em prática na América Latina.

No Brasil, muitos desses pensadores ligados a Teologia da Libertação estavam presentes nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e nas comissões pastorais como na Comissão Pastoral da Justiça e Paz, da Terra e da Pastoral Operária, nesse sentido Michael Löwy explica que: “Trata-se de uma ampla e complexa rede que ultrapassou os

limites da Igreja como instituição e reúne, a partir dos anos 70, milhões de cristãos que partilhavam a ‘opção prioritária pelos pobres’”. (LÖWY, 2007, p. 411)

A partir dos anos de 1980, parte desses teólogos passam a integrar a Comissão de Pastoral Operária como assessores do campo bíblico e teológico. Eles passam a interpretar junto com os operários as orientações bíblicas, trazendo essas interpretações para a realidade social, vivenciada no dia a dia pela classe trabalhadora. Na tabela abaixo podemos observar a presença desses teólogos na Comissão de Pastoral Operária:

EQUIPE DE ASSESSORES BÍBLICOS E TEÓLOGOS DA CPO EM 1979 A 1980

Componentes	Ocupação
Pe. Raimundo José Soares	Padre
Carlos Mesters	Frei
Leonardo Boff	Frei
Clodovis Boff	Frei
Jether Pereira Ramalho	Pastor Congregacional
Eliseu Lopes	Sem ocupação definida

Fonte: A História da Pastoral Operária de 1978 a 1980. In: **Pastoral Operária 10 anos:** a serviço da classe operária 1976-1986. CPO Nacional, 1987. p. 18. Adaptado pelo autor.

Para compreender a complexidade que envolve o mundo do trabalho materializada nas tensões, nas contradições, nos erros, nos acertos, nas alianças e nas rupturas entre operários e dirigentes sindicais, a Comissão de Pastoral Operária inseriu em seu quadro lideranças da classe trabalhadora.

Essas lideranças sindicais foram cruciais para a própria formação das comissões de fábricas, da esquerda brasileira, do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Na tabela abaixo podemos observar nomes significativos da classe trabalhadora brasileira:

LIDERANÇAS SINDICAIS QUE FAZIAM PARTE DA COMISSÃO DE

PASTORAL OPERÁRIA EM 1980

Jacó Bittar

Olívio Dutra

José Ibrahin

João Paulo Pires de Vasconcelos

Luiz Cardoso

Rolando Fratti

Waldemar Rossi

Anísio Oliveira

Joaquim Arnaldo

José Cardoso (o Ferreirinha)

Fonte: A História da Pastoral Operária de 1978 a 1980. In: **Pastoral Operária 10 anos:** a serviço da classe operária 1976-1986. CPO Nacional, 1987. p. 18. Adaptado pelo autor.

A partir de 1979, há uma modificação no próprio rumo dos trabalhos da CPO. Até esse momento, aqueles indivíduos engajados na CPO não eram necessariamente da Pastoral Operária. Isso porque com a perseguição política aos movimentos sociais, como os sindicatos e outros movimentos de contestação do regime militar, esses integrantes de outras organizações de esquerda encontravam na Igreja um espaço ideal para sua atuação política.

Por haver uma militância heterogênea na sua própria formação a Pastoral Operária foi nos seus anos iniciais que surgiu um espaço de debate político gerando contradições, tensões, erros e acertos. Podemos sustentar a posição que se tratava de um amplo movimento heterogêneo. Mas mesmo diante de tensões, erros e acertos havia um elemento unificador.

Esse elemento unificador se deva em torno da defesa dos trabalhadores como sendo sujeito da sua história de libertação no que se refere à submissão das relações sociais geradas a partir das formas de opressão entre capital e trabalho dentro do processo de divisão social do trabalho conforme explicitado por Hugo Assmann e Franz J.Hinkelammert que afirmam o seguinte: Os processos de decisão estão estreitamente ligados com sistemas de coordenação da divisão social do trabalho, com as relações sociais de produção e com os sistemas de propriedade. (ASSMANN, 1989. p. 181).

Movimentos como o Concílio Vaticano II (1962-1965) e a Segunda Conferência dos Bispos da América Latina, realizada em Medellín, na Colômbia, no mês de outubro de 1968, encorajaram bispos, padres, freiras e católicos leigos a atuarem juntos aos movimentos populares representados pela classe operária como, por exemplo, no próprio Partido dos Trabalhadores (PT) e na Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Mesmo depois do surgimento do PT e da CUT, a CPO continuou sendo uma importante ramificação da Pastoral Operária, buscando sempre estar presente em todos os eventos organizados pela Igreja nos âmbitos nacional, estadual e municipal voltado para o mundo do trabalho.

No documento de comemoração dos dez anos do surgimento da Pastoral Operária, a CPO é enfatizada como sendo de suma importância para a própria existência da Pastoral. “A CPO se preocupou, como Pastoral Operária, em estar presente em toda esta luta, sem perder a sua coerência”. (1987. p. 19)

A CPO por ter uma abrangência nacional ela não se restringia apenas ao mundo dos operários. Ela estava para além das circunstâncias das fábricas e dos sindicatos. Sua programação temática se estendia a outras formas de participação e formação de estratégia política da classe trabalhadora.

Em 1980, os agentes se reúnem em Nova Iguaçu para o Encontro Nacional de Fé e Política. Desse encontro, saiu uma extensa programação em que a Pastoral Operária deveria se fazer presente conforme explicitado na tabela abaixo:

PROGRAMAÇÃO DA COMISSÃO DA PASTORAL OPERÁRIA EM 1980

Seminário de estudo, sobre Fé e Política, em âmbito nacional, promovido pela Comissão Nacional

Encontro de bispos e dirigentes sindicais, em Barueri – São Paulo

Encontro Nacional dos subsecretários da CNBB

Seminário Bíblico-Teológico, em Cachoeira de Macacu – Rio de Janeiro

Dias de estudos com os participantes da Jornada Internacional de Pastoral Operária, em Nova Iguaçu – Rio de Janeiro

Dias de estudos com estrangeiros: europeus, canadense, asiáticos, que passaram pelo Brasil em viagem de estudos ou turismo

Fonte: A História da Pastoral Operária sua gestação e surgimento. In: **Pastoral Operária 10 anos: a serviço da classe operária 1976-1986.** CPO Nacional, 1987. p. 19-20. Adaptado pelo autor.

Nesse período foram promovidos cursos para estrangeiros em capitais como São Luís, Salvador, Recife, Fortaleza, São Paulo, Belo Horizonte e Vitória. Os estrangeiros estavam interessados em compreender como se dava o trabalho de base da Pastoral Operária com os sindicalistas.

Por isso, com o passar do tempo a CPO direcionou suas ações de formação política para cidades em que a Pastoral Operária atuava diretamente com os trabalhadores, como as cidades de Vitória, Volta Redonda, Santo André e São Paulo. Na tabela abaixo podemos observar o número de estrangeiros que passaram pelo Brasil e que se manifestaram interesses para formação política da Pastoral Operária:

NÚMEROS DE ESTRANGEIROS QUE PASSARAM PELO BRASIL, ENTRE OS ANOS DE 1979 E 1980, QUE SE MANIFESTARAM INTERESSE PELA PASTORAL OPERÁRIA

309

Fonte: A História da Pastoral Operária sua gestação e surgimento. In: **Pastoral Operária 10 anos: a serviço da classe operária 1976-1986.** CPO Nacional, 1987. p. 20. Adaptado pelo autor.

O curso visava formar militantes brasileiros e estrangeiros. O objetivo do curso era desenvolver uma formação sistematizada para integrantes da Pastoral Operária e para o operariado. Na tabela abaixo, podemos observar as estruturas básicas do curso promovido pela Comissão Nacional da Pastoral Operária:

Curso de Formação da Pastoral Operária

1º dia de curso
Quanto aos objetivos do curso: <ul style="list-style-type: none">▪ Definir o que é a Pastoral Operária, seus limites de atuação e suas possibilidades de ação concreta;▪ Uniformizar os instrumentos (métodos de trabalho), traçar experiências para melhor orientação, capacitação para avançarem no seu trabalho;
Quanto à avaliação do quebra-cabeça do movimento operário: <ul style="list-style-type: none">▪ As etapas que as ações da P.O. deveriam passar até atingir o movimento operário:<ul style="list-style-type: none">- Individualismo

<ul style="list-style-type: none">- Subgrupo- Grupo▪ As necessidades das abordagens ligando os temas do micro para o macro<ul style="list-style-type: none">- Dominação- Cooperação- Paciência
<p>Quanto à definição do que é a Pastoral Operária:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ É um trabalho de Igreja;▪ Visa mudança de mentalidade (participação e engajamento) de forma a permitir que o operário descubra seu valor e seus direitos na sociedade em que está inserido;▪ A pastoral Operária se propõe a formar militantes, a partir da ação (tomar consciência e conscientizar) sobre a organização da classe operária;
2º dia de curso
<p>Mudança de mentalidade do operário:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Não andar de muleta▪ Acreditar nas próprias forças e nas próprias estratégias▪ Vencer o individualismo▪ Vencer o fatalismo (sofrimento)▪ Ter uma nova visão do mundo do trabalho▪ Descobrir que existe uma peça fundamental nesse quebra-cabeça que é o trabalhador▪ Descobrir que existem interesses que o mantém nessa situação▪ Ver a realidade que o cerca de forma ampla e contextualizada▪ Valorizar-se a partir do que produz com seu trabalho
<p>Mudança de atividade do operário:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Vencer o comodismo;▪ Lutar pelos seus direitos e se possível ampliá-los;▪ Tomar posição perante a sociedade;▪ Participar das decisões em conjunto;▪ Criar condições de crescimento;▪ Criar espírito de luta e de sacrifício;▪ Ter paciência e respeito pelo nível de consciência
<p>Mudança de mentalidade e de atitude geram novos valores ao operário:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Porque passa a ter consciência de que é pessoa humana;▪ Porque passa a pertencer a uma classe, sem a qual a sociedade não sobrevive, já que é ele quem produz;▪ Porque passa a perceber que é um agente de transformação da sociedade.
<p>Tarefa a ser desenvolvida como forma de transformação da sociedade:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Transformar a sociedade segundo os interesses de sua classe
<p>O militante da Pastoral Operária:</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Consciente que conscientiza;▪ Ajuda a organizar a luta comum;▪ Tem clareza da sua tarefa e sabe avaliar;▪ Não fica paralelo aos outros, mas junto;▪ Também se conscientiza e muda com os outros.
<p>Formação da militância pela ação:</p>

<ul style="list-style-type: none">▪ Fábrica e o local fundamental;▪ Partir de lideranças reconhecidas;▪ Partir de interesses sentidos no interior da fábrica;▪ Partir de pequenas ações.
Organização de classe: <ul style="list-style-type: none">▪ A partir da própria fábrica;▪ Conscientização para organização
O desenvolvimento para atingir a conscientização sobre a organização da classe operária: <ul style="list-style-type: none">▪ Montar uma peça teatral sobre a fábrica: Por exemplo: dois militantes discutem sobre a péssima situação que se encontram os banheiros e resolvem consultar os outros companheiros. Juntos identificam o problema e decidem fazer um abaixo-assinado para apresentar ao patrão.
A avaliação sobre a fábrica: <ul style="list-style-type: none">▪ Militante não faz sozinho▪ Não se deve falar logo em sindicato, porque o operário costuma fugir do assunto;▪ Fazer reunião em círculo como forma de igualar as posições e as relações de poder.
3º dia de curso
Teatro sobre o bairro: <p>O fato para encenação: dois militantes resolveram discutir com pessoas do bairro (vizinhos, padre, presidente de associação de moradores e amigos do bairro) os problemas da violência, do desemprego e do saneamento básico. Todos se juntam para procurar solucionar os problemas. O padre pode abordar esses problemas durante missa.</p>
Teatro sobre o sindicato: <p>O fato para a encenação: o militante vai em outra fábrica, folheto de convocação de reunião do sindicato. Ele explica para um grupo de operários como funciona o sindicato. Os operários se interessam e fazem as mais diferentes perguntas.</p>
Fazer um júri: <p>O pessoal é dividido em réus, advogado de defesa, promotores, jurados, juiz e escrevente. A partir do júri, aprofundar as questões sobre a pastoral operária e o movimento sindical como salvação dos operários, ajudar a renovar sua visão religiosa e participar da classe operária.</p>
Depoimento dos réus: <p>Ajuda a esclarecer a realidade do operário, fala-se de justiça, de luta, de igualdade e de salvação.</p>
Acusação diz: <p>A salvação está com aqueles que se sentem parte de um problema social e atuam para a resolução. Quem salva? Os cristãos e ou os operários?</p>
Defesa rebate: <p>O operário não vai salvar, vai participar com todos os outros da libertação. Quem salva é Cristo. O nosso papel é descer até o operário para esclarecê-lo. Não há diferença entre cristão e operário. Todos vivem e sofrem juntos, a libertação é de um povo.</p>
Jurados questionam: <p>Descer... não se trata de subir juntos? Esclarecem: a libertação está no sentido de unificação de todo um povo da escravidão, assim como fez Moisés. Não se trata de</p>

descobrir o caminho da salvação, mas de ver os problemas reais da salvação coletiva que é a salvação da classe operária. Afinal, o sentido de salvação é o mesmo que promoção, libertação e revolução.

4º dia de curso

Conclusões

O que houve em comum nos três peças teatrais?

- Valorizar e aproveitar os interesses e os conhecimentos dos operários;
- Aproveitar os temas que estão no cotidiano do operário como um debate sobre futebol ou ônibus que está sempre lotado;
- Mostrar que o trabalho não é somente do militante da Pastoral Operária. O integrante da P.O. vai ajudar organizar a classe trabalhadora, mas sempre na companhia dos operários. Juntos vão identificar os problemas que atingem os trabalhadores;
- Mostrar por meio da encenação que quase sempre há conflito entre capital e trabalho, opressor e oprimido;
- O integrante da Pastoral Operária tem que ter clareza dos seus objetivos. Perceber que ele é um agente que conscientiza, une e organiza os operários nas fábricas;
- O militante da P.O. educa e esclarece os operários sempre partindo de problemas concretos;
- Recrutar outros militantes sempre a partir do grupo;
- Falar de vitórias, conquistas e união.

As experiências positivas do curso da Pastoral Operária:

- Estabelecer relações sociais com pessoas que fora do mundo fabril;
- Perceber que as pessoas não estão prontas, mas sempre em processo de formação;
- Perceber que a consciência de classe acontece dentro e fora da fábrica;
- A consciência de classe é construída a partir da vivência com outras pessoas que podem ser em um piquenique, nas reuniões de bairro, nos cursos de militância nos sindicatos e até nas reuniões para campanhas salariais;
- A importância do grupo para discutir os problemas do bairro, da fábrica e do sindicato;
- Valorizar as experiências adquiridas por meio do sindicato, das assembleias e das comissões de fábricas;
- Participar dos cursos realizados pelo departamento de cultura do sindicato que traz uma abordagem sobre sindicalismo e situação de classe.

Os aspectos negativos do curso da Pastoral Operária:

- A falta de comunicação entre a coordenação regional e os setores da classe operária;
- Diversos setores dos movimentos populares não foram informados sobre o curso;
- Faltou a coordenação regional e os setores do movimento sindical informa aos militantes o que é a Pastoral Operária. Pois, muitos militantes vieram para o curso sem saber o que era a Pastoral Operária;
- Houve participante que cursou apenas um dia;
- Houve participante que se sentiu a margem, principalmente por causa da participação de professores que dominavam o assunto. Havia militante que não só ficou intimidado como a participação dos professores, mas também pensavam que esses professores fossem os próprios coordenadores;
- Faltou didática e clareza na participação de alguns setores;

- Havia diferentes níveis de informação por causa da heterogeneidade das pessoas, o que não foi levado em consideração pelos coordenadores;
- Faltou método de avaliação.

Fonte: **Treinamento da PO**. p. 1-8. Adaptado pelo autor

Considerações finais

A Pastoral Operária, desde dezembro de 1978, com a criação da Comissão de Pastoral Operária, buscou expandir em todo território nacional como um amplo movimento católico que pudesse somar experiências com aqueles movimentos criados pelos próprios trabalhadores como Associações de Moradores, Clubes de Mães, Amigos de Bairros, Associações de Domésticas, Associações de Favelas, Partidos Políticos e Comissões de Fábricas, e também que pudesse contribuir na troca de experiência com outros movimentos católicos como Juventude Operária Católica (JOC), Ação Católica (ACO), Comissão de Pastoral da Terra (CPT), Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP), Animação dos Cristãos do Meio Rural (ACR) e com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

A Pastoral Operária começou a ser germinada como um movimento católico desde que bispos e padres passaram concentrar esforços no sentido de estudar a situação social de setores populares do campo e da cidade. Os esforços se deram no sentido de compreender os problemas da vida cotidiana dos trabalhadores, suas lutas, suas estratégias de resistências e suas marginalizações presentes no movimento operário.

Para bispos e padres mais progressistas, a Igreja se deveria abrir para as aspirações e para os objetivos da classe operária porque é nela que se apresenta a realidade concreta da sociedade brasileira. Portanto, Pastoral Operária deveria ter desde sua gestação uma prática social-religiosa como anunciadora do Reino de Deus para os operários. Por isso, a Igreja por meio da Pastoral Operária deveria denunciar corajosamente os obstáculos enfrentados no dia a dia pela classe operária.

Referências Bibliográficas

ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz. **A ideologia do mercado: ensaio sobre Economia e Teologia**. São Paulo: Vozes, 1989.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1979. p. 148.

LÖWY, Michael. **Cristianismo da Libertação e Marxismo de 1960 a Nossos Dias.** In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. (Org.). **História do marxismo no Brasil.** Campinas: Unicamp, 2007.

Fontes primárias

A História da Pastoral Operária de 1978 a 1980. In: Pastoral Operária 10 anos: a serviço da classe operária 1976-1986. CPO Nacional, 1987. p. 19.

Relatório final da Assembleia Nacional da Pastoral Operária de 1984. p. 18. Adaptado pelo autor.

Treinamento da PO. p. 1-8. Adaptado pelo autor.